

# Contribuição metodológica aos estudos lexicais

*Florival Seraine*

## I — INTRODUÇÃO

1.1 Pretendemos, com este trabalho, apresentar algumas orientações metodológicas no tocante à análise global de certos fatos lingüísticos, que escolhemos por nos parecerem ajustados a esse tipo de investigação. Em verdade, esta se envolve bastante com modernos rumos da Sociolingüística, em que os dados de caráter funcional sobrelevam, constituindo mesmo o interesse precípua, com o afastamento de preocupações de ordem estrutural, que aqui poderiam apenas frutificar em planos acessórios.

Os casos que serão objeto de estudo pertencem ao campo lexical e são encarados como *fatos de comunicação*, pois julgamos esta, em última análise, a função básica da linguagem.

Iniciaremos o trabalho, como é óbvio, pelo exame empírico dos fatos, na sincronia atual, dado que, participando eles da vida da linguagem em funcionamento, podem ser captados pela percepção sensível em contextos que surgem em lugares determinados e na época presente, *hic et nunc*.

Aquilo que em trabalho anterior<sup>1</sup> ousamos denominar “marca geo-sócio-cultural”, pela qual poderemos reconhecer e identificar os fatos dialetológicos de maneira quase imediata, merece ser considerado nos primeiros passos da investigação.

Antes, pois, de efetuar a análise dos fatos concretos, vivos, deveremos buscar a delimitação da área geográfica,

em que eles ocorrem, isto é, onde podemos apreendê-los ordinariamente.

E, como o nosso enfoque incidirá primordialmente sobre a sua apresentação diastrática, cumpre realizar a identificação do ambiente sociocultural que serve de quadro às manifestações elocutivas de que nos iremos ocupar. Quando nada, deveremos possuir conhecimento seguro dos modos e aspectos característicos do processo de estratificação social e das relações inter e intragrupais, na área estudada. A estratificação social e o *gradient* cultural são conhecimentos prévios, indispensáveis a uma boa distribuição da pesquisa.

Assim, poderemos estabelecer os níveis socioculturais com as suas normas definidoras no desempenho lingüístico, considerando os fatos aludidos em cada uma delas de *per si*, no mesmo ambiente, já devidamente caracterizado.

1.2 Na órbita conceitual da “etnografia da comunicação”, de acordo com Dell Hymes e outros,<sup>2</sup> os fatos de fala não são mais do que fatos comunicativos — segundo já indicamos — e, sendo assim, buscaremos examiná-los naquilo a que o autor norte-americano intitula de “componentes dos fatos comunicativos”, encarando as relações que se possam apreender entre os mesmos e com os fatos que eles constituem.<sup>3</sup> Advirta-se, porém, que, sob esse enfoque, o estudo será levado, em cada caso, a pôr ênfase maior sobre determinados componentes e captará relações de maior interesse ou importância entre alguns deles, e dos mesmos como o próprio fato como um todo. A execução do que prescreve Dell Hymes, em uma investigação de campo, exigirá, sem dúvida, técnicas metódicas, peculiares não só à própria Lingüística, mas ainda a outras ciências humanas, a fim de que os resultados a que se possam chegar sejam revestidos da ampla objetividade almejada nesses trabalhos interdisciplinares.

Os processos correntes nesse tipo de investigação, em especial as técnicas adotadas para pesquisar e analisar as relações entre fatores sociais e as variantes lingüísticas, cabe certamente serem aplicadas, empregando-se os procedimentos minuciosos e a aparelhagem, necessários à consecução dos objetivos científicos.

No estudo que aspiramos efetuar basear-nos-emos em nossa experiência direta e constante dos fatos lingüísticos e no conhecimento fundamentado na realidade sociocultural, na área do nosso interesse, prescindindo, assim, das técni-

cas acima indicadas, cujo maior rigor, todavia, não ousaremos obscurecer.

1.3 Situando-nos dentro do esquema conceptual, a *frame of reference* prevista para a abordagem da matéria, acreditamos poder alcançar uma descrição mais ou menos acabada, concernente aos fatos e atos da fala, encarados na sincronia atual. A verdade, porém, é que, sem buscarmos orientar a nossa visão científica para uma *perspectiva histórica*, jamais lograremos *explicá-los* convenientemente; não nos fundamentaremos apenas em conjecturas pessoais e conclusões de raízes predominantemente subjetivas.

Na sincronia atual poderemos descrever os componentes dos fatos comunicativos com grande minúcia e exatidão se aplicados adequadamente — segundo já informamos — os métodos habituais em investigações dessa natureza. As relações entre os aludidos componentes, em especial dos *participantes* entre si (familiares, socioculturais, etc.) e com os fatos respectivos (situações, circunstâncias de fala, processos de codificação e decodificação, etc.) podem ser verificados e descritos, e são, por certo, de grande interesse aos aspectos capitais do estudo. Mas, sem uma perspectiva histórica bem orientada (não meramente em sentido d'acrônico) <sup>4</sup> jamais poderemos fornecer uma explicação causal, de verdadeiro alcance científico, das categorias fáticas que se nos apresentam na sincronia atual, as quais decorrem de um processo histórico correlato nos planos sociocultural e lingüístico.

É certo que, não raro, faltar-nos-á o essencial, que é a documentação histórica fidedigna, capaz de nos conduzir, quando possível, à gênese das ocorrências lingüísticas, mas empregada, sobretudo — é mister que se note — com o sentido de buscar “estabelecer as condições culturais e funcionais em que o modo lingüístico se inseriu em um sistema de modos já tradicionais”. <sup>5</sup>

Devendo enfrentar o problema da verificação e avaliação das nossas evidências e interpretações, teríamos de efetuar uma espécie de *ethnography at a distance*, de acordo com as próprias expressões de J. A. Fishman. <sup>6</sup> Com efeito, à medida que avançam as investigações sociolingüísticas, amplia-se o campo de penetração na pesquisa sobre a linguagem, vê-se, pois, que o exame integral de algumas espécies lexicais, com a indispensável sondagem no pretérito, não poderá limitar-se às pesquisas histórico-comparati-

vas, em que o escopo central recair sobre a mera apreciação de formas e significados.

1.4 Fixada, através de documentação histórica adequada, a época que se supõe mais remota do apreçamento da ocorrência na área delimitada, tentaremos reunir dados para uma concepção do ambiente sociocultural e da movimentação demográfica relativos aos grupos humanos participes então no fato comunicativo.

Nossas hipóteses ou evidências interpretativas, oriundas no curso da análise exercida na sincronia atual, serão testadas com os resultados dessa pesquisa em busca de comprovações idôneas ou dados históricos que sirvam para tal.

O ideal seria que pudéssemos realizar, com propósitos comparativos, o nosso plano de análises sempre numa disposição sincrônica (onde não são tidos como menos válidos os elementos considerados extralingüísticos) <sup>7</sup> em etapas sucessivas — “na profundidade e largueza temporais” — até alcançar a funcionalidade presente.

Movidos por esse ambicioso *desideratum* que, certamente, só lograremos efetuar de maneira parcial ou incompleta, pelas razões já indicadas, vislumbriremos, ao menos, rumos definidos para sistematizar o nosso trabalho no sentido da perspectiva histórica, tendo em mira à possível captação de dados relativos aos componentes dos fatos de comunicação.

Ainda uma vez devemos, portanto, seguir as orientações do citado Fishman, acerca do tema, quando se declara interessado, essencialmente, *in mining history*, usando para isso de técnicas metódicas apropriadas à descoberta e ao aproveitamento dos filões documentais, mas possuídos sempre daquela sensibilidade às três “dimensões históricas”, que ele considera de interesse para o amadurecimento da sociologia da linguagem. <sup>8</sup>

## 2. OS FATOS EM EXAME

2.1 O estudo que vamos intentar aqui, em sua concepção originária, entra em conexão com aquele, já divulgado por nós, acerca de “relações entre níveis de norma na fala atual de Fortaleza”. <sup>9</sup>

Tratamos aí de alguns casos de formas, que pertencendo à norma culta em seu sentido reto, formas essas tidas como incorretas ou estranhas pelas pessoas cultas da-

quela Capital, são, não obstante, aceitas por estas em certas situações, quando adquirem determinadas acepções ou matices semânticos.

Invocamos aí os contactos sociais fáceis ou, quando nada, o pouco distanciamento entre os integrantes de certos estratos sociais, bem assim fatores culturais (crença e cosmovisão) como intervenientes nos fatos aludidos. Nosso ponto de partida agora para o exame do problema concentra-se na observação direta de ocorrências de outra ordem — *presença de termos eruditos na fala inculta* — mas que se prestam também à observação de resultados, no âmbito da linguagem, em sua viva funcionalidade, dessas inter-relações de certos estratos sociais diferentes, como reflexo de aspectos característicos da organização sociocultural, na área geográfica delimitada. Ocorrências essas que — como se sabe — não são peculiaridade apenas da nossa elocução popular, cabendo, entre outros registros, mencionar o que a respeito informa o estudioso Werner Beinhauer, ao ocupar-se da fala coloquial de Madrid.<sup>10</sup>

2.2 A área de estudo é, como de ordinário, aquela em que, há longos anos, vivemos, melhor dito, uma subárea da grande área *nordestina* do Brasil — o Ceará. Nossa experiência da vida sociocultural e lingüística dos habitantes das principais cidades e das zonas rurais, assim como algum conhecimento especializado que possuímos sobre as mesmas, só poderão trazer-nos facilidade à investigação com economia de esforços e maior possibilidade de clarividência dos fenômenos e dos problemas surgidos em torno deles.

Nossas considerações atuais dirigem-se para dois termos que ocorrem na fala inculta, ordinária, apesar de serem eruditos e — o que é mais significativo — não usados atualmente pelos cultos, pela própria *elite* urbana, a não ser em determinadas situações, fora do estilo coloquial normal, da linguagem corrente. Referimo-nos aos termos *maquiavelice* e *hipocondria*, que o culto cearense poderá usar apenas no estilo guindado, na prosa dos discursos acadêmicos, em escritos na imprensa ou de cunho literário. Fora dessas circunstâncias elocutivas, o seu emprego despertará nos auditores comuns certo grau de estranheza, parecendo-lhes então o emissor da mensagem algo afetado, pretensioso ou pedante.

Iniciemos pela primeira expressão. Para um enfoque diastrático, podemos considerá-la, *grosso modo*, em níveis socioculturais que correspondem a três normas sociolingüísticas, tentando englobar assim todo o âmbito regional,

são elas: a *norma culta*, verificável na capital do Estado, especialmente na *elite* urbana; a *norma inculta*, de registro preponderante nas fazendas, povoados e vilas do interior e também nas classes incultas das cidades, inclusive da própria capital. Pode-se ainda considerar para o exame um terceiro tipo de fala, o pertencente a indivíduos alfabetizados, capazes de se comunicar através da escrita e de se interessar pela leitura de jornais, de romances populares, da "literatura de cordel", mas que, devido à sua "endoculturação" haver-se processado (ou estar-se ainda processando) no convívio com os incultos, geralmente dos meios rural ou *folk*, embora sejam às vezes possuidores de nível econômico superior, como certos fazendeiros ou proprietários agrícolas, conservam na fala elementos que trazem a marca sociocultural inferior.

Diríamos que esse grupo, pelo que expressa ordinariamente, pertencerá a um nível intermediário, que poderá ser considerado *semiculto* ou *semifolk*, pois, não raro, os seus integrantes participam das mesmas crenças e costumes tradicionais dos rurícolas sem instrução intelectual ou mesmo completamente analfabetos; possuem cosmovisão e seguem escala de valores mais ou menos idênticas às dos integrantes das camadas incultas da nossa hinterlândia.

2.2 No enfoque diastrático surpreendemos para cada nível sociocultural uma forma diferente da palavra em estudo: *maxavilça* (inculto), *maxavilici* (semiculto); *makivêlici* (culto). O termo é erudito, derivado do nome do pensador italiano *Machiavel*. Seria interessante registrar-se a observação que se encontra no verbete de *maquiavelismo* ou *machiavelismo* constante do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (4.<sup>a</sup> edição), da autoria de Cândido de Figueiredo: "Alguns mandam ler *makiavelismo*, atendo-se à pronúncia italiana; vulgarmente, porém, diz-se *machiavelismo*, aplicando-se aos derivados a mesma pronúncia de *Machiavel* (*Machiavelli*)". São averbados na mesma página dessa edição do "Novo Dicionário": *machiavelice*, *machiavelico*, *machiavelicamente*, *machiavelista*, *machiavelizar*, termos cognatos de *machiavelismo*. O léxico citado é de 1925 e faz-nos lembrar a grafia adotada geralmente antes da reforma ortográfica de base fonética, que mudou a grafia dos vocábulos citados, pondo-os de acordo com a pronúncia do grupo *ch* em italiano (*ch* = *K*).

Pode o dialetólogo conhecedor das falas regionais distinguir, através da forma que a expressão apresenta no co-

lóquio normal, o nível sociocultural a que pertence o seu emissor. *Makiavèlici* (maquiavelice) indica um emissor culto; *maxavilici*, um falante semiculto, e *maxavilica*, um inculto pois nenhum dos outros dois remetentes da mensagem em que figura o termo usaria a desinência *a* para o mesmo; denunciando assim a tendência plebéia, rústica, de uniformizar a distinção genérica em *o, a*: *bibiçica* (bebedice), *siarêsa* (cearense), *rapayzôtu* (rapazote), etc. O semiculto empregará a forma *maxavilici* (machavelice); geralmente não chegará à alteração desinencial peculiar aos rurícolas sem grau algum de escolaridade.

Pelos significantes próprios às falas semiculta e culta, presume-se que o *canal* originário, no caso, foi o impresso ou escrito. Observe-se que, na região enfocada, onde a língua italiana, antes da Universidade, só excepcionalmente era estudada, mesmo pessoas medianamente cultas incorriam — como no registro de *c*, de Figueiredo — na pronúncia errônea do *ch* como *x* guiadas pela escrita etimológica, que fora tantos anos a adotada.

A introdução do termo pelo *canal* oral em níveis socioculturais baixos deve ter-se originado não muito recentemente, talvez quando os léxicos ainda não averbavam o termo na escrita fonética, que data de alguns decênios. Pelo conduto oral os rurais incultos devem ter recebido a dicção dos semicultos com que estão e sempre estiveram em contacto diário nas fazendas e povoados do interior cearense. Superior a seus empregados e moradores apenas social e economicamente, mas não culturalmente, apesar de, não raro, dispor de certo grau de escolaridade, o fazendeiro não chega a dizer *maxavilica*, mas usa na fala coloquial *muyé, fia, trabayá, véa, nóys fáys, élis váy* etc. Não chega a dizer *vridu, prumódi, Itôsi*, etc, mas profere tantas vezes *cahálu, tahêdu*, etc. Os contactos sociais freqüentes e a estrutura cultural análoga determinam o quase integral nivelamento lingüístico. Relações socioculturais próximas e continuas entre os participantes no ato da fala — eis a origem da descida desse termo, inicialmente erudito, até níveis socioculturais mais baixos.

Quanto à caracterização fônica da palavra, examinada sob o prisma diastrático, cumpre ainda registrar que, na norma culta urbana, tomando por exemplo a fala da capital do Estado, a pronúncia da vogal pretônica *|e|* é sempre aberta no nome *maquiavelice* (*makiavèlici*), não acusa a

assimilação verificada no timbre da mesma vogal, na fala inculta ou rural.

A. Nascentes apresenta em seu *Tesouro da Fraseologia Brasileira* (2.<sup>a</sup> edição — 1968) a locução “ser um Machiavelli”, embora os léxicos brasileiros, a essa época, já adotassem a grafia fonética *Maquiavel*. Apesar de o filólogo patricio não distinguir o nível sociocultural em que surge a expressão aludida, é de prever que haja sido recolhida na fala culta da cidade onde ele vivia — o Rio de Janeiro. Mas não negamos que possa surgir a locução na fala culta de outras capitais. Ainda a propósito do significante, pronunciado com a síncope do fonema |i| na 2.<sup>a</sup> sílaba, nas falas dos níveis inferiores, poderemos pensar esteja esse metaplasmo vinculado a uma espécie de “etimologia popular” — associação meramente sensorial, auditiva, do segmento fônico inicial *máxia* com *maxa*, que, ao contrário do primeiro, é do seu uso freqüente ou dos seus hábitos lingüísticos, como forma corruta de *marxa* ‘caminhada’, tempo do verbo *maxá* (marchar) ‘andar’, ou talvez como feminino de *máxu* (*muyé maxa*).

Relativamente ao conteúdo da mensagem, isto é, ao significado, passamos a considerar o signo lingüístico, na sincronia atual, focando-o nos níveis socioculturais superiores. Entre os cognatos de *maquiavel* “sujeito astucioso, falso, perverso” talvez sejam *maquiavélico* (adjetivo) e *maquiavelismo* (*substantivo*) mais passíveis de ser empregados pelos cultos do que o substantivo *maquiavelice*, “ato maquiavélico”, “dito ou intenção maquiavélicos”, o qual, não obstante, poderá surgir também, em mensagem transmitida graficamente (escrita ou impressa). Pelo canal *oral* — segundo já foi expresso — condutor da mensagem entre participantes que seguem a norma culta, são expressões que só aparecem em determinadas circunstâncias de fala, apresentarão, quiçá, um toque de ostentação erudita, num ambiente onde a tendência dominante é fugir ao esmero no falar, acusando este até certa propensão ao vulgarismo.

Nos discursos acadêmicos e na prosa jornalística ou literária os termos aludidos, derivados de *Maquiavel*, de modo especial *maquiavelismo*, podem relacionar-se com o sentido reto ou próprio do termo originário, correspondendo o último, por exemplo, a sistema de política que se acha desenvolvido no *Tratado do Príncipe*, de Niccolo Machiavelli (1459-1527) e que tem por base a astúcia. Os sentidos figurados trazidos nos léxicos portugueses e brasileiros de

“procedimento traiçoeiro, velhaco, astucioso e “velhacaria” para *maquiavelismo*, e de “ronha”, “manha”, para *maquiavelice*, podem surgir também quando é usado tanto o canal oral como o escrito, em relação aos integrantes dos níveis culturais superiores.

O *Dicionário de Sinônimos e Antônimos*, de F. Fernandes (Porto Alegre, 1972) traz como sinônimos de *maquiavelice*: ronha, astúcia, ardil, manha, velhacaria, perfídia, traição.

Os significantes *maxaviliza* e *maxavilici*, formas crrutas dos níveis incultos (provavelmente os semicultos também usarão *maxavilismu* ou o cognato *maxiavéliku*) correspondem em geral a safadeza, deslealdade, segundo anotou R. Girão, em seu *Vocabulário Popular Cearense* (Fortaleza, 1967). No *Dicionário de Termos Populares* (registrados no Ceará), de nossa autoria, acha-se consignado: “*Machaveliza* — s. f. Ruindade; safadeza. Linguagem plebéa, rural, exclusivamente. Corrupção de *maquiavelice*, termo que não é da linguagem corrente, no meio citadino, usado só eventualmente pelos cultos ou no estilo literário”.

A expressão *machiavelismo* consta da *Linguagem Popular do Maranhão*, glossário organizado por Domingos Vieira Filho, com os significados de: artimanha, perfídia; e trazendo, anexa, a observação de que é forma corruta de *maquiavelismo*, palavra que deriva do Machiavelli, N. cccllo maquiavelli, o célebre florentino autor de *O Príncipe*. Abona-se Vieira Filho com uma citação de Josué Montello, escritor maranhense, membro da Academia Brasileira de Letras, sobre a qual mais adiante tornaremos.

Verificam-se, pois, algumas diferenças no significado ou matizes semânticos, quando se examina o conteúdo do signifiante, na escala diastrática ou, pelo menos, nos níveis culto e inculto.

2.3 Para conseguirmos apreender alguns dos outros componentes do fato comunicativo teremos, sem dúvida, que recorrer ao exame das espécies de proposições em que o termo costuma surgir no colóquio, nas falas culta e inculta.

Dirigindo-se a um fazendeiro (superior) com quem está a conversar, dirá o rurícola (vaqueiro, morador, outro empregado da fazenda): “Coronéu, cuidado com esse cabra, num confie nêle não, isto é cabra chei de *machaviliza*”.

Trata-se de uma advertência respeitosa, enunciada em proposição complexa da espécie declarativa ou enunciativa.

Diálogo entre rurícolas de baixa condição socio-econômica: “Vá pro diábo c’as sua *machaviliça*”. “Sou um home séro, sem *machaveliça* nos meus negóço”.

Do patrão a um inferior que o escuta humildemente — “Não venha pra cá com as sua *machavelice*, cabra senvergonho”. “Se eu subé que você andou fazendo *machavelice*, mando-lhe dá uma surra, seu cabra”. Atitude aparentemente severa, ameaçadora, mas, no fundo, levemente zombeteira, da parte do emissor. Sentença da espécie imperativa.

Entre participantes cultos, na própria *elite* urbana, no colóquio informal — como já se declarou — é exceção à regra o uso de termo *maquiavelice*, ordinariamente substituído por: astúcia, manha, processos traiçoeiros, artimanhas diabólicas. Entretanto, poderá ouvir-se, em certas circunstâncias de fala: “Ele pensa que não sei de suas *maquiavelices*”... cremos que seja mais provável a ocorrência do adjetivo *maquiavélico* e do substantivo *maquiavelismo*, entre falantes cultos. Atitudes de surpresa ou da revolta. Sentenças exclamativas de formas simples ou complexas, no primeiro caso. Atitude de afirmação, ou aviso; oração da espécie declarativa ou enunciativa; orações simples, complexas ou compostas, no segundo caso. “É de um *maquiavelismo* terrível, um sujeito diabólico!”. “Sua preocupação é fazer mal aos outros, tem planos *maquiavélicos* aquele sujeito!”.

Quando o *canal*, mediante que é transmitida a mensagem, é o escrito, poderá observar-se que, nem sempre, como na fala coloquial, reduz-se o uso do termo ao seu sentido figurado. Num artigo, dissertação universitária ou discurso acadêmico, escritos ou impressos, pode o culto reportar-se à própria figura de *Maquiavel*, à doutrina política que difundiu (*maquiavelismo*) ou às próprias atitudes ou ações decorrentes da aplicação de tal doutrina (*maquiavelice*). Ex.: “Lendo *O Príncipe* aprendemos os autênticos significados das palavras *maquiavelismo*, *maquiavelice*, *maquiavélico*...” “Doutrina altamente perniciosa o *maquiavelismo*!” Pode-se falar-se aqui em sentido reto ou próprio dos vocábulos, por que em todos os cognatos se acha presente ou evocada diretamente a figura do próprio Machiavel.<sup>11</sup> Mas também a parte significativa do signo lingüístico, como nos casos já mencionados das falas inculta e mesmo culta, poderá na escrita culta ter o sentido figurado ou tropológico. Na órbita daquele sentido reto do termo, poderemos dizer que *maquiavelismo* corresponde, em regra, à doutrina po-

lítica do famoso escritor florentino; e *maquiavelice*, à conduta, aos atos ou ações, inerentes aos seguidores do aludido sistema.

No colóquio normal, o que registramos, semanticamente, no uso dos termos aludidos pelo povo, são casos de sinédoque, pois o que se verifica é uma relação de *contigüidade* entre o sentido próprio e o tropo ou figura, bem assim, relação de *subordinação* entre eles, e não de *coordenação*, como na metonímia.<sup>12</sup> Falamos aqui de sinédoque com respeito aos significados de *maquiavelice*, olhados numa perspectiva diestrática. Em verdade, cada uma dessas acepções tem — segundo anota Marouzeau,<sup>13</sup> sua área de emprego, porém estas áreas não se justapõem exatamente; a sinonímia entre eles é limitada e condicional. Da significação própria do termo ficou apenas, na linguagem coloquial, popular ou inculta, o lado dos atributos que revelam feição pejorativa; de qualquer sorte há uma restrição do sentido original ou primitivo do termo, que só é conhecido na íntegra por pessoas dotadas de certo grau de instrução intelectual.

O campo onomasiológico de *maquiavelice* é amplo, conforme antes registramos; os seus componentes podem destacar-se especificamente, ou pelo menos não se distanciar muito do conteúdo próprio do termo original, como nos casos de planos ou processos inescrupulosos para as ascensões sócio-econômica e política, ocorriáveis na fala culta guindada ou erudita, mas podem apresentar acepções como ‘astúcia’, ‘manha’, ‘traição’, e até ‘safadeza’, da linguagem inculta, que já atingem áreas de significação mais genéricas, cada vez menos particularizadas em relação ao sentido original da palavra, embora não lhe sejam estranhos no teor pejorativo e se refiram a atributos que lhes são associados.

Alguns exemplos das falas semiculta e inculta: — “Tenha cuidado, dotô, este cabra é cheio de *machavilice*, não confie muito nele, não (semiculto). — “Aquilo é cheio de tramóia, de *machavilça*, não confie muito nele, não, seu dotô” (inculto).

Falamos de *sinédoque*, designação retórica, que se inclui em uma classificação psicológica das mudanças semânticas, para certos autores indistinta da *metonímia*, entretanto, julgamos indispensável anotar, no caso, a importância daquilo a que S. Ulmann intitulou de *déplacements sémantiques*, em que as acepções sucessivas se acham em planos que não se cobrem integralmente ou são mesmo diferentes.<sup>14</sup>

2.4 O segundo objeto de nossa atenção é o termo *hipocondria*, que será encarado aqui também sob o ângulo diastático, após a identificação da área geográfica onde ocorre, que adiantamos ser a mesma do fato analisado anteriormente. Como a propósito de *maquiavelice*, o signo lingüístico é enfocado no plano sincrônico atual (como, em essência, um fato de comunicação), o que significa não se tratar aqui de um estudo de interesse primordialmente etimológico, segundo os moldes, as técnicas metódicas tradicionais. Todavia, antes de iniciar o nosso enfoque analítico, apontamos os grafemas da palavra nas principais línguas românicas: *hyponcondrie* (francês), *ipocondria* (italiano), *hipocondria* (espanhol), *hypocondria* (português — grafia etimológica, usada antes da reforma ortográfica), *hipocondria* (português — grafia atual de base fonética). Em inglês grafa-se o termo também *hipocondria*. Durante épocas de mais viva preocupação etimológica chegou a escrever-se em português *hypocondria*, forma que se poderá encontrar no *Tezouro da Língua Portuguesa*, de Frei Domingos Vieira (1871).

Trata-se de uma expressão derivada de outra de origem grega — *hipocôndrio* — formada do prefixo *hypo* e o radical *khondros* (abaixo da cartilagem, no caso, as cartilagens costais). J. P. Machado, em seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (2.<sup>a</sup> edição) registra que “os antigos admitiam que se situava nos hipocôndrios uma moléstia nervosa causadora de tristeza”.

Mas prossigamos ao exame do termo dentro da linguagem em funcionamento nos três níveis de normas antes referidas.

Nos níveis socioculturais, onde se segue a norma culta, a pronúncia do significante é *ipôkôndria* e *ipôkudria*, menos vezes. Entre semicultos talvez seja a segunda a pronúncia mais freqüente. Nos estratos sociais inferiores, especialmente rurais, surge a forma *prikudía*, corrupção fonética de *ipokudria* > *ipukudria*. Dois metaplasmos ocorrem no vocábulo: efêrese e hipértese. Observe-se, porém, que no discurso normal, no colóquio informal mesmo entre os cultos, em nossa época, não é geralmente usada a dicção *hipocondria*, cujo emprego poderá verificar-se na conversação entre médicos ou pessoas eruditas, na linguagem esmerada dos discursos acadêmicos, na escrita de cunho literário. Na elocução corrente, na fala habitual, mesmo das pessoas cultas, é substituída, de regra, por expressões correlatas como ‘tris-

leza profunda, 'abatimento nervoso', 'retraimento doentio', etc. Quando surge no diálogo informal, denota certo grau de afetação ou pedantismo. O *Dicionário de Sinônimos e Antônimos*, de Francisco Fernandes (2.<sup>a</sup> ed. 1972) regista como sinônimos de *hipocondria*: "melancolia, tristeza, misantropia".

*Pricundia*, a forma usada por incultos, aparece na comunicação entre rurícolas, mas talvez seja emitida também por algum semiculto da hinterlândia e entre grupos sociais incultos da periferia das cidades, cuja identidade sociocultural com a massa interiorana se deve aos constantes êxodos dos habitantes do campo para a urbe, motivados principalmente pelas secas periódicas.

Num consultório médico poderá ser ouvida, durante a anamnese por um clínico, a quem se dirige o doente analfabeto, particularmente do sexo feminino, com a seguinte mensagem: "Seu dotô, sinto ãa *pricundia*, quando meus tempo tá pra chegá". Quer dizer que a forma expressiva vai aqui utilizada pelo inculto quando se dirige a pessoa de nível sociocultural mais alto.

No *Vocabulário Popular Cearense*, de R. Girão, encontra-se no verbete respectivo: "Pricundia — s.f. — Corrução de *hipocondria*. Tristeza e abatimento de fundo nervoso". No *Dicionário de Termos Popularse* (registados no Ceará), de nossa autoria, acha-se definida a palavra: "Estado melancólico, de abatimento psíquico ou depressão nervosa, que ocorre, não raro, em ligação com distúrbios da esfera genital, perturbações catameniais, menopausa, etc.". Seguem-se, no verbete, as observações: "Corrução provável de *hipocondria*. Uso sertanejo, rural". Não encontramos essa forma corruta em outro glossário ou léxico regional brasileiro.

A definição de *hipocondria*, constante do *Novo Dicionário*, de C. de Figueiredo, é a seguinte: "Doença nervosa, que faz crer na existência de várias enfermidades, produzindo habitual tristeza. Melancolia; misantropia." No *Dicionário Contemporâneo*, de Caldas Aulete, registamos: "s.f. (med.) espécie de doença nervosa que perturba a inteligência, fazendo crer na existência de várias doenças e dando origem a habitual tristeza. Melancolia, tristeza profunda".

O significado primitivo do termo acha-se consignado nos léxicos, não só portugueses, mas também de outros idiomas neolatinos, como relativo a uma verdadeira entidade mórbida, cujos sintomas (ou presumíveis sintomas) substituíram fi-

guradamente, na fala ou na concepção, tanto de cultos como de incultos, o sentido originário. O tropo é análogo ao que se verifica no caso *machaveliça*, *considerado*, quer lógica, quer psicologicamente: *restrição* e *deslocamento de sentido*, *metonímia* ou *sinédoque*. Entretanto, na linguagem médica atual, *hipocondria* é considerado apenas um “estado mental, caracterizado por exaltação da sensibilidade, medo, pânico, tristeza exagerada”, e não como verdadeira entidade patológica ou doença. 15

De acordo com o que antes indicamos, as mensagens de que consta o signo focalizado são emitidas ordinariamente através do canal oral, tanto por participantes incultos, como pelos cultos, na fala guindada ou erudita. Mas a escrita pode ser, na sincronia atual, o meio transmissor nas classes letradas, da mesma forma que deve ter sido primitivamente, numa perspectiva diacrônica, visto que se trata de um termo erudito, formado de um sufixo e radical gregos.

Como era de se esperar, são marcadas vivamente pela afetividade as sentenças em que aparece o significante *pricundia*, quando o termo alude ao próprio emissor da mensagem. São, em geral, enunciativas ou declarativas, em tom lastimoso, quando é, por exemplo, a mulher do povo que se dirige a um esculápio, a queixar-se dos sintomas mórbidos que a afligem, rogando-lhe cura para os mesmos. Ou quando a aludida *participante* na comunicação simplesmente transmite as suas queixas a *receptores* do mesmo nível ou de outro nível sociocultural. Todavia, as proposições, quando se tratar da última ocorrência, poderão ser ainda das espécies interrogativa ou exclamativa: — “Seu dotô, há cura pr’essa tal de *pricundia*? — “Tristeza desgraçada, ua *pricundia*, seu dotô, qui num milarga”. — “Me dê ua meizia qui sirva pr’essa *pricundia*, seu dotô”... Referindo-se o termo a outrem, as atitudes do emissor e do receptor das mensagens podem variar da comiseração à surpresa, da indiferença à reprovação (por não haver ainda o enfermo procurado tratar-se), etc.

Como no caso de *maquiavelice*, *hipocondria* deve ter partido da classe culta para a semiculta, quase sem distanciamento sociocultural das camadas incultas, mormente nos núcleos rurais da área geográfica em apreço.

No tocante ao *código*, um dos “componentes do fato comunicativo”, assinalamos que, devido às alterações fonéticas na palavra *hipocondria*, só excepcionalmente um receptor culta da mensagem em que ela figura sob a forma *pricundia*,

logrará estabelecer de imediato conexão entre o termo correto e o corruto, captando o seu significado apenas pelo teor semântico da frase e a maneira como foi construída e transmitida a codificação gramatical. Evidente que o *receptor* culto não haveria de esperar a ocorrência de uma expressão erudita no âmbito onomasiológico do *emissor*.

Observe-se, por fim, que, apesar do conservantismo mais pronunciado dos estratos socioculturais *folk*, as mudanças, tanto no plano cultural como no lingüístico, não deixam de atingi-las e pode-se já hoje assinalar certa tendência entre os próprios rurícolas ao abandono de formas expressivas como *maxaviliça* e *prikudia*.

2.6 Ainda a propósito do tema, trazemos à baila a palavra *almadia*, usual, presentemente, na fala de pescadores e praieiros do Ceará, sob a forma *armadia*, como sinônimo de *jangada*, sinonímia essa não verificável na linguagem culta, na época atual. Mesmo na literatura ou na imprensa regionais jamais surpreendemos o termo, que só excepcionalmente poderá surgir, na produção de algum escritor que esteja a discorrer sobre embarcações asiáticas ou africanas, ou sobre paisagens marítimas, talvez nalgum artigo sobre viagem no Oriente ou na África. De fato, nenhum cearense culto da cidade possui a idéia de que essa denominação seja também aplicada à jangada pelos praieiros do litoral cearense. Muitos ao ouvi-la terão, decerto, que recorrer ao dicionário para certificar-se da sua definição.

Com respeito ao nosso enfoque da matéria, há uma diferença a acentuar na apresentação dos três fatos comunicativos. Enquanto nos casos anteriores tudo nos leva a crer que as expressões sejam de procedência escrita, talvez conhecidas inicialmente através da escrita, no caso de *almadia* deve ter sido, nos tempos da colonização, termo constante de mensagens de circulação popular corrente, transmitidas pelo canal oral. Sob outra acepção, surgiria depois com acento erudito nas classes cultas, de regra, só transmitido pela escrita.

Em verdade essa palavra, de origem árabe, equivale à jangada nesse idioma, embora os léxicos brasileiros e portugueses modernos registem-na somente como “embarcação africana e asiática muito comprida e estreita” *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* — Rio de Janeiro, 1938), ou mais detalhadamente: “pequena embarcação monóxila, de que se usa na Ásia e em algumas partes da África como, por exemplo, em Moçambique. É aguda na

popa e na proa, e tem a querena muito estreita; chega a medir 27 metros de comprimento e apenas 3 de largura” (Caldas Aulete — *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (edição brasileira — Rio, 1958). Ainda referimos a definição contida no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, da autoria de Cândido de Figueiredo (Lisboa, 1926): “Embarcação africana, estreita e muito comprida, feita geralmente de um tronco de árvore”. Embarcação, portanto, que em nada se assemelha formalmente à nossa jangada nordestina, cearense, chamada ainda pelos caboclos praieiros *armadia*, alteração fonética de *almadia*, sob a influência provável de *armadia*, corrupção de armadilha, nome de outro objeto, que lhe poderá ser associado apenas pelos valores fônicos do significante e nunca pelo seu conteúdo semântico. (A troca de *l* por *r* no grupo consonantal *lm* não é peculiar à elocução cearense, mesmo inculta, em que, habitualmente ocorre valorização do fonema *l* (u) final de sílabas, tanto mediais como finais. R permuta de *l* por *r* é, no entanto, própria de outros fatores nordestinos especialmente dos níveis socioculturais médio e inferior, segundo observamos na Paraíba, Pernambuco e Alagoas, particularmente no interior desses Estados.

Uma asserção definitiva a propósito cremos que não será possível até o momento, pela ausência de documentação de valor sociolingüístico e para a reconstituição histórica regional do próprio uso do vocábulo, isto é, pelo desconhecimento das vicissitudes por que passou o vocábulo em nosso ambiente sociocultural, através da história. Considere-se, além disso, que em espanhol a palavra equivalente é registada nos léxicos sob a forma *armadia*, com o significado, entre outros, de “jangada, conjunto de tabuões unidos para se navegar pelos rios”, embora se encontrem no mesmo local os cognatos *almadiero* ‘jangadeiro’, ‘o que dirige a almadia’; e *alamdiarse* o mesmo que *marearse*. Evidentemente, o termo aqui acha-se dentro do campo semântico de jangada, que, apenas genericamente (por se tratar de embarcação em ambos os casos), pertencem à mesma área onomasiológica de *canoa*, e nunca, especificamente, como determinado tipo de embarcação.

Em realidade, a jangada não é mais do que uma embarcação rústica, feita de várias peças roliças ligadas entre si, definindo-a com exatidão Pereira da Costa em seu *Vocabulário Pernambucano*: Espécie de balsa, para transportes e especialmente pescaria fluvial e marítima, feita de paus roliços de certa madeira muito leve, e convenientemen-

te unidas por cavilhas de madeira rija, etc. etc.” Em qualquer dicionário português que se consulte, a jangada corresponderá sempre a um “conjunto de paus muito leves e resistentes ligados entre si; espécie de balsa”. Tão diverso, pois, de uma ‘canoa feita de um só tronco de árvore’ e de uma armadilha de pesca como o *curral*, que é montado sobre recifes costeiros ou penetra de mar adentro fincado por troncos e estacas no solo submarino... O certo é que o nome *almadia* vem escrito na famosa Carta de Pero Vaz de Caminha a El-rei D. Manuel, no ano de 1500, e o sentido aplicado aí ao significante, acha-se, incontestavelmente, no campo semasiológico específico de jangada.

Acerca de *almadia* escreve José Pedro Machado em sua obra *Influência Árabe no Vocabulário Português*: “Do árabe *al-maadiâ*, “Jangada”. Esta parece que é palavra tomada de qualquer dialeto bérber. Em certas regiões designa também uma embarcação pequena e comprida, feita de uma só peça, cavada num tronco de árvore”. Cita trechos de autores lusos do século XV, em que figura o vocábulo, considerando que o mesmo se tornou depois bastante vulgar nos textos quinhentistas, sobretudo em relação a populações africanas e asiáticas. 16 Em seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (2.<sup>a</sup> edição), o autor precitado traz as mesmas definições e possível origem do termo, acrescentando apenas “barca de passagem”. Apresenta um trecho da *Crônica do Condestabre* (séc. XV) — “E em conselho os eram que fizessem *almadias* em que passassem”..., parecendo-nos que, aí, teria sido o vocábulo aplicado, em Portugal, com a aceção inicialmente indicada pelo filólogo em apreço.

Temos a impressão de que, face à norma atual, pode tratar-se, no presente caso, de um *arcaísmo semântico*, forma obsoleta regional no campo onomasiológico de jangada, palavra que é sempre usada em seu lugar, na linguagem geral, corrente, ficando *almadia* (alterada, aliás, em *armadia*) conservada apenas na fala das classes incultas do nosso litoral. Quando entrevistamos alguns praiheiros em Paracuru e Caponga, respectivamente a NO e NE de Fortaleza, capital do Estado, sempre encontramos a sinonímia perfeita entre os dois termos, cabendo, porém, frisar que, relativamente ao significante *armadia*, um velho pescador, residente na segunda daquelas localidades, acrescentara ao seu significado habitual (o de jangada) a aceção menos frequente: “qualquer embarcação pequena usada na pesca”.

De maneira nada sistemática, acabamos de expor algumas indicações para descrição sincrônica do “fato de comunicação” acima considerado. Julgamos, contudo, que nos cabe ainda, a respeito, fazer alguns acréscimos.

Partindo a mensagem, em que figura o termo enfocado, de um pescador inculto para um habitante da cidade, seja ele de que categoria sociocultural for, a decodificação semântica não deixará de ser efetuada, mas, especialmente se se tratar de um receptor culto, a alteração fonética do morfema poderá dar margem à suspeita de um produto de irreflexão ou descuido do emissor, que então parece deixar escapar a diferença específica entre os significados dos dois objetos materiais.

Também não dispusemos de tempo nem oportunidade para verificar se entre os usuários habituais do termo, é ele (*armadia*) preferido ou não ao sinônimo *jangada* e se, em caso de preferência, ocorre ela de modo geral ou amplo, ou só em circunstâncias particulares, na codificação da mensagem.

É outro caso que se nos afigura de “etimologia popular”,<sup>17</sup> a não ser que a pronúncia *armadia*, corrupção de *almadia*, já tenha chegado assim aos praieiros cearenses, difundido de regiões vizinhas, onde — segundo já se referiu — é ocorrência popular ordinária a troca das duas consoâncias (*l* e *r*).

Também aqui carecemos de toda documentação a respeito, o que motiva a insegurança de nossas considerações interpretativas.

2.5 Conhecendo embora os imensos embaraços e dificuldades que se nos antolham à pretensão de fundamentar historicamente as nossas conclusões e hipóteses explicativas, nem por isso deveremos abandonar ou afastar por completo nossos esforços no sentido desse *desideratum*.

Os dados de projeção sociolingüística podem ajudar-nos bastante a esse respeito e a história social e cultural dos povos pode oferecer-nos rumos elucidativos.

Assim, a propósito de *machavelice*, através de uma informação, contida em artigo de Josué Montello, a que antes se aludiu, encontramos orientação para uma pesquisa histórica ajustada aos nossos objetivos. Eis o que declara o ilustre escritor: “A palavra “machavelismo”, que participa da linguagem popular do Maranhão, como sinônimo de esper-teza e astúcia, nada mais é que a palavra *maquiavelismo*, usual no jornalismo político da terra no tempo do Império

e pronunciada sob a influência da grafia primitiva que lhe conservou o *ch* originário”. (“Um Passeio em São Luís do Maranhão” — in *Manchete* — edição de 17 de agosto de 1957 — Rio de Janeiro). 18 É um filão sem dúvida alguma que nos leva a pensar também na voga que o seu cognato *machavelice* poderá ter gozado entre as camadas populares da região, na época mencionada, levando o termo aos níveis socioculturais mais baixos, em razão da facilidade dos contactos entre indivíduos de classes diferentes, especialmente nos meios rurais. A indicação é significativa, não resta a menor dúvida, porém, não nos capacita a fixar naquele período a origem do seu acesso à linguagem popular cearense e muito menos a da adoção do termo pelas classes incultas; bem assim, *como, quando e por que* se deu o seu afastamento, certamente progressivo, da fala usual das pessoas cultas.

Prova de que a forma inculta *machaveliça* não é de uso recente é a sua presença em uma “Cantiga do Vilela”, estória popular recitada pelo cantador cego Sinfrônio Pedro Martins ao folclorista Leonardo Mota. “Essa conhecida lenda sertaneja inspirou numerosas cantigas” — informa, a propósito, o escritor cearense. Sinfrônio, possuidor de excelente memória, recebia a tradição oral do seu povo, cuvindo a consorte, “pacientemente, a ler para ele manuscritos e folhetos, até que os conseguisse decorar”.

A “Cantiga do Vilela”, transmitida pelo cego cantador, acha-se em forma poética e — de acordo com a sua afirmativa — foi escutada do cantador Joaquim Venceslau Jaqueira, que, “de há muito emigrara para a Amazônia”. O trecho em que se reproduz a forma do nosso interesse acha-se à pág. 38, da obra *Cantadores*, de autoria de Leonardo Mota, cuja edição é de 1921 (Livreria Castilho — Rio de Janeiro). Transcrevemos a sextilha completa:

— “Vilela, me abra a porta,  
Deixe de machaveliça,  
Conheça que tá cercado  
Pela tropa da Pulça!  
No Bataião me acompanha  
Oficial de Justiça.”

Poder-se-á supor que se trate, no caso, de uma forma obsoleta, chegada aos meios populares tal como se apresenta hoje na fala inculta, ou mesmo na semiculta. Ocorrência

esta, talvez análoga à verificada com a forma *pantasma*, equivalente a *fantasma*, que antigamente se escreveu *phantasma* (ph = f), e cujo valor arcaico se refletirá no seu emprego, em nossos dias, no ambiente rural, por vezes no gênero feminino: a *pantasma*. 19

Também o comentário que se acha no verbete de *machavelismo*, constante do dicionário de Cândido de Figueiredo, já referido, sobre a pronúncia influenciada pela escrita, a qual ainda encontramos, antes de que fosse implantada e divulgada a grafia de base fonética, mesmo entre cearenses medianamente cultos; também o registo dessa ocorrência fônica por um autor lusitano em obra datada de mais de meio século será outro filão no sentido da investigação histórica com interesses comparativos. Esta, que é de tanta importância nos trabalhos etimológicos, quando a forma e o significado das palavras são largamente investigados no sentido diatópico, e depois comparados adequadamente; estes interesses comparativos pensamos que devem também envolver os fatos comunicativos em uma investigação paralela de cunho sociolinguístico.

Buscar, pesquisar documentação histórica, portanto, deve merecer cuidados especiais, que exigem tarefas assíduas e pertinzas em fontes de vária ordem, tanto em bibliotecas como em arquivos.

2.6 No que tange às formas *hipocondria* (cultas), *hipocundria*, *hipucundria* (semicultas) e *pricundia* (incultas), nenhuma documentação possuímos acerca de *como* e *quando* a expressão culta, de origem erudita, chegou às camadas socioculturais inferiores e nelas encontrou a receptividade necessária a sua difusão, embora fosse alterada fônica e semanticamente.

Sabemos que para a transmissão de uma inovação, tanto lingüística como cultural, basta às vezes um simples indivíduo, que teve, eventualmente, acesso a certo ambiente cultural ou área lingüística. Mas diante de fatos como *machavelice* e *pricundia* não deixamos de pensar se alguma onda de cultismo, em épocas passadas, não terá percorrido o ambiente cultural da região, chegando a produzir reflexos nas camadas populares, reflexos esses que depois se diluíram inteiramente, o que se comprova nas tendências vulgaristas observadas na fala geral do habitante da região, mesmo o da capital cearense.

2.7 A propósito de *armadia* > *almadia* devemos procurar documentação que nos possa esclarecer se o termo, como

sinônimo de jangada, já registado na Carta de Pero Vaz de Caminha — “Almadia, de três traves atadas juntas” — veio trazido ao ambiente brasileiro pelos primeiros colonizadores e aqui foi adotado correntemente, bem assim, se nunca foi dicção de emprego freqüente, mas usada de modo esporádico e/ou só na escrita, com essa acepção. Quando foi substituída por *jangada*, palavra emprestada da língua malaiala, ouvida na Costa do Malabar, ao sudoeste da Índia, por lusos que ali teriam permanecido antes de morar em nosso país? Por que sobreviveu apenas entre os pescadores incultos das praias interioranas, muito embora o sinônimo *jangada* também seja proferido nesses mesmos lugares?

Somos levados a considerar que, nos níveis socioculturais cultos, urbanos, *almadia* é hoje termo erudito, que só poderá aparecer em determinadas e raras circunstâncias de fala, ou na escrita literária ou científica, aliás, já com outro significado. *Jangada* é a expressão desde muito ouvida dos cearenses cultos e incultos, e seus valores semânticos instituídos como *langue* (memorizados) acham-se sempre no conteúdo das definições apresentadas pelos lexicógrafos modernos, tanto lusos como brasileiros.

Pereira da Costa, em seu *Vocabulário Pernambucano*, cita um trecho de escritor do século XVI, em que surge o vocábulo, e declara que em 1587 já dele se serve Gabriel Soares. Entre outros autores do século XVI, Camões faz constar o termo *almadia* de mais de um passo dos *Lusíadas*. No *Dicionário dos Lusíadas*, de Afrânio Peixoto e Pedro A. Pinto, há três citações retiradas daquela obra, mas os autores registam aí apenas a definição de “embarcação africana, estreita e comprida, feita em regra de um só tronco”.<sup>20</sup> Macedo Soares, no seu *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (volume 1), escrito entre 1875 e 1888, averba *jangada*, mas não se refere ao termo *almadia*. Juvenal Galeno, em suas *Lendas e Canções Populares*, obra começada a divulgar-se em 1865, traz não só o vocábulo *jangada*, como também os seus derivados *jangadinha*, *jangadeiro*, mas nenhuma vez menciona *almadia*. Paulino Nogueira, no verbete *jangada*, do seu *Vocabulário Indígena* (1887), considera que “a palavra é conhecida na Ásia e na Europa desde a mais remota antiguidade, antes mesmo do descobrimento do Brasil. Transcreve passos de obras publicadas por viajantes estrangeiros, que tiveram oportunidade de conhecer a pitoresca embarcação do Nordeste brasileiro, em centúrias pretéritas.<sup>21</sup> Em *A Nova Lusitânia* (1675) Francisco Brito

Freyre refere-se à embarcação citada com o nome de *jangada*: "... dois índios que andavam pescando no mar sobre hua jangada..." (p. 13). Brito Freyre ocupa-se detidamente de *canoa*, meio de transporte aquático preferido pelo genio brasileiro, porém em sua obra não encontramos a palavra *almadia*.<sup>22</sup>

Testemunho importante da ancianidade do termo *jangada* (evidentemente, com a acepção de balsa), em escrito referente à terra nordestina, encontra-se na *Relação do Maranhão*, do Padre Luís Figueira, datada de 1608, no trecho a seguir: "... e nos deu bem de trabalho buscar paos p. a jangadas...". O Padre Figueira era português do Alentejo e já tinha alguns anos de Brasil quando compôs a *Relação*. No aludido documento surge duas vezes a palavra *barco*, mas não *almadia*. Do Descobrimento do Brasil à data em que Luís Figueira chegou ao nosso país, bem assim, o considerado fundador da cidade de Fortaleza e do Ceará — Martim Soares Moreno — autor da *Relação do Ceará* (outro documento valioso),<sup>23</sup> decorre mais de um século, e nesse período unicamente uma tentativa de colonização do vasto território foi levada a efeito — a de Pero Coelho de Sousa, inteiramente malograda. Pouco conhecemos desse período, a que Pompeu Sobrinho, geógrafo e historiador regional, denomina de "proto-história cearense".

2.8 Encaremos, por fim, os três fatos lingüísticos em conjunto, buscando classificá-los e analisá-los sucintamente.

No tocante aos signos *prikudia*, *ipukundria*, *ipòkòdria*, que, ao enfoque diastrático no plano sincrônico atual, foram trazidos a lume, parecem os mesmos apresentar certas analogias com os modos lingüísticos *maxavilíça*, *maxavilíci*, *maxavêlici*, identificados sob o mesmo enfoque: alteração formal nos níveis inferiores; idênticas figuras de sentido em ambos os níveis — o culto e o inculto; persistência da forma expressiva alterada fônica e semanticamente, nos níveis culturais inferiores, com o desaparecimento da mesma na norma culta coloquial, embora sejam eruditas as origens lexicais.

Os mesmos problemas quanto aos contactos socioculturais entre os participantes dos fatos comunicativos, nos meios rurais e urbanos, contactos esses facilitados pelo pouco distanciamento, nesse sentido, ainda hoje existente entre certos estratos da comunidade.

Tratar-se-á originariamente de dois prováveis *empréstimos* de um nível sociocultural superior a outro situado

abaixo na escala diastrática, facultando-nos, porém, o registro de estranha mutação concernente à realização das normas sociolinguísticas respectivas, na *diacronia atual*, para usar as expressões de Coseriu. E é ainda do linguísta romeno que, a propósito, colhemos asserções, que nos servem de apoio conceptivo nessa ordem de idéias.

Com efeito, depois de considerar que as mudanças linguísticas, enquanto fatos históricos particulares, não podem explicar-se só universal e genericamente, mas em sua particularidade, e que aludidas mudanças não são “efeitos naturais”, esclarece: “O que ocorre é que a oposição entre “fato vulgar” e “fato culto” é histórica e particular e não natural e genérica. O mesmo fato material pode ser “culto” em uma comunidade, “vulgar” em outra e “misto” em uma terceira”. Cita, a propósito, curioso exemplo: ...“no francês literário, a pronúncia *j* terá sido, em certo momento, um fato “vulgar”. Mas hoje, tendo-se generalizado essa pronúncia na fala de Paris, sucede o contrário: é a pronúncia a que, fora de certas situações determinadas, resulta provinciana ou rústica”.<sup>24</sup>

Uma observação que cabe, a propósito, é a de W. Beinhauer sobre a afeição que denota o homem do povo madrieno pelas palavras cultas, *que suenan a doctas*, a qual se reflete na sua linguagem, constituindo-lhe mesmo um traço característico, embora estas palavras sejam, por vezes, mal empregadas ou mutiladas.<sup>25</sup> Não possuímos experiência larga da ocorrência no meio cearense, mas quem poderá contestar o seu sentido ecumênico, dado o registro de tantas identidades nas condutas regidas pela mentalidade *folk*?

2.9 Quanto à *armadia* < *almada*, se as nossas hipóteses forem confirmadas, estaremos diante de um caso de “arcaísmo semântico”, conservação, motivada pelo isolamento cultural e social, durante séculos, dos participantes no fato comunicativo, da acepção primitiva do termo *jangada*. Acepção esta desconhecida hoje dos cultos, que poderão, em circunstâncias particulares de fala ou na escrita literária, usar o termo *almadia*, mas com significação diferente — a de canoa monóxila, etc. Em realidade, falta-nos ainda a documentação necessária a uma comprovação segura do uso antigo do vocábulo com o sentido que lhe deu Pero Vaz de Caminha em sua famosa *Carta*, correspondente ao seu *etymon* arábico.<sup>26</sup> Não consta o vocábulo do *Elucidário*, de Viterbo e frei Domingos Vieira, em seu *Tezouro da Língua Portuguesa* (1871), averba-o com a definição de “piroga,

pangaio, escaler, bote, canoa, lancha feita de uma só peça muito leve e ligeira". Abona-se com um trecho do Licenciado Manuel Correia, que assim começa: "Pangaios e *almadias* é tudo uma mesma coisa..." A etimologia que apresenta difere da que se encontra no *Dicionário Etimológico*, de José Pedro Machado, a quem, aliás, devemos toda a consideração. Quem nos parece esclarecer a respeito é o nosso estimado filólogo João Ribeiro, que declara em uma de suas obras: "A *jangada*, porém, conheceram os portugueses nas suas relações com os mouros da África, que davam o nome de *almadia* a essas primitivas balsas com que navegavam no litoral africano. A palavra *almadia* ficou no léxico da língua. Era uma barca para travessia (*ada* = passar) dos rios. A *jangada* de índios, vista por Pero Vaz de Caminha, foi assim chamada na famosa carta a D. Manuel, segundo nos lembra Beaurepaire Rohan, que, aliás, registra a palavra *jangada* como brasileira".<sup>27</sup>

### 3. CONCLUSÓES

3.1 O fato lexical, encarado como integrante de u'a mensagem humana, pode ser analisado e descrito satisfatoriamente no plano sincrónico atual, segundo princípios que se conformam à "etnografia da comunicação", indicados por Dell Hymes. Então, poderemos resumir o que, em nosso trabalho, logramos efetuar nesse sentido, fazendo incidir o enfoque sobre os *componentes* abaixo, vistos das maneiras que nos pareceram de interesse aos objetivos ou à orientação central do estudo: a) os *participantes* no fato comunicativo em seus respectivos níveis socioculturais, e em suas inter-relações sociais e humanas; b) a apresentação *formal* do fato léxico, na escala diastrática; c) o *significado*, os matices semânticos do termo, observados na mesma escala; d) os *canais* utilizados nos diferentes níveis socioculturais; e) a realização do *código*, entre os participantes das mensagens em que figura o termo; f) as *atitudes* e *situações* peculiares, para cuja observação recorreu-se à citação de proposições ou sentenças, em que costumam surgir os termos no diálogo, entre os integrantes dos mesmos níveis socioculturais e com os de nível diferente. (O fato de não havermos registado o *paralingüístico* e o *cinésico* não importa em que devem ser os mesmos desprezados; g) o *fato lexical como um todo*, cujas espécies e características definidoras (tipo

de empréstimo, arcaísmo, etc.), todavia, o mero estudo sincrónico não poderá ser suficiente para elucidar.

Para lograr a sua *explicação*, deve ser buscada uma perspectiva histórica, dentro da ambiência, o contexto em que se realiza — cultural, social e funcionalmente.

3.2 Destarte, às condutas metódicas a serem aplicadas na investigação devem interessar não apenas a forma e o significado das palavras em si mesmos, porém ainda aqueles fatores considerados extralingüísticos, relativos a essa ambiência e a esse contexto em que eles se inserem.<sup>28</sup>

Viu-se, pois, a insuficiência, pobreza mesmo, dos dados históricos que logramos apresentar aqui, de interesse explicativo, o que de modo algum impedirá que as pesquisas documentais sejam exercidas sistematicamente, com todo o empenho, nos rumos alvejados.

3.3 Ressalta, então, o ajustamento e o valor das atividades interdisciplinares — uma “interdisciplinaridade total”, pois, como bem acentua E. Coseriu: “a história lingüística necessita da colaboração de toda a história não lingüística”.<sup>29</sup>

3.4 Algumas técnicas modernas de pesquisa, empregadas em Lingüística, Sociologia, Antropologia Cultural e nos estudos históricos, mesmo as de ordem quantitativa e estatística, teremos de aproveitar, nessa visão global dos problemas atinentes à linguagem, focada centralmente do ângulo da sua funcionalidade no quadro sociocultural. Teremos de apelar para elas quando se fizerem precisas, sem nos esqueçermos, contudo, quaisquer que sejam os meios ou processos de índole ou inspiração matemática, que eles deverão apenas servir como “procedimentos técnicos”, auxiliares em trabalho científico que se ocupa basicamente de um objeto — a linguagem — cuja concepção teórica é alicerçada de modo diferente.

## NOTAS E COMENTÁRIOS

- 1) Seraine, F. — PROCESSOS DO DESEMPENHO EM UM QUADRO SOCIOCULTURAL — In *Revista do Instituto do Ceará* — Fortaleza, 1978 — p. 11 (separata).
- 2) Dell Hymes — FOUNDATIONS IN SOCIOLINGUISTICS — *University of Pennsylvania Press* — Filadélfia, 1974 — p. 10. Transcrevemos do original: “*For what has to be inventoried and related in an ethnographic account, a somewhat elaborated version of factors identified in communication theory, and adapted to lin-*

*guistics by Roman Jakobson (1953:1960) can serve.*" Há uma tradução portuguesa de alguns dos principais ensaios de R. Jakobson, reunidos em volume com o título de LINGÜÍSTICA E COMUNICAÇÃO (Ed. Cultrix — S. Paulo, 1931). V., a propósito, pp. 122 e segs.

- 3) Dell Hymes. Op. cit., pp. 9 e segs. Traduzidos do inglês a discriminação dos aludidos "componentes", que — segundo o autor norte-americano — devem ser identificados de maneira adequada: "(1) os vários tipos de *participantes* nos fatos comunicativos — emissores e receptores, remetentes e destinatários, intérpretes e portavozes etc.; (2) os vários *canais* utilizáveis e seus modos de uso — falado, escrito, impresso, tocado em tambor, soprado, assoviado, cantado, movimentos faciais e do corpo quando percebidos visualmente, cheirados, provados e sentidos tátilmente; (3) os vários *códigos*, repartidos por diversos participantes — lingüístico, paralingüístico, cinésico, musical, interpretativo, intencional e outros, (4) as *situações* (incluindo outra comunicação) em que a comunicação é permitida, imposta, encorajada, absorvida; (5) *as formas das mensagens* e seus *gêneros*, estendendo-se verbalmente das sentenças de morfema simples aos padrões e diacríticos de sonetos, sermões, pregões de vendedor, e outras rotinas e estudos organizados; (6) as *atitudes* e *conteúdos* que uma mensagem pode comunicar e exprimir; (7) os próprios *fatos*, suas espécies e características como um todo." Não podemos esquecer que, sendo Hymes um antropólogo além de lingüista, jamais deixaria de acentuar as implicações de valores culturais e a cosmovisão, no tocante às ocorrências do comportamento comunicativo. Para Hymes a Sociolingüística, concebida em termos de "etnografia da comunicação", é, afinal de contas, parte do estudo da comunicação como um todo. Não bastará, pois, no trabalho científico, "a identificação dos fatos comunicativos e seus componentes, simples inventários de canais, situações etc., mas devem ainda ser identificadas as estruturas de relações entre diferentes fatos e os seus componentes; as *capacidades* (*capabilities*) e condições ou estados dos componentes; a atividade do sistema que é o fato, isto é, a atividade do todo assim constituído".
- 4) Escreve Joshua A. Fishman: "História não é meramente diacronia, que é comparativa através de períodos de tempo, mas é também muitas vezes comparativa através de *instances* de lugar, de cultura, de população etc." (V. HISTORICAL DIMENSIONS IN THE SOCIOLOGY OF LANGUAGE — In "23 rd Annual Round Table — Sociolinguistics: Current Trends and Prospects — Georgetown University — Washington, 1973 — pp. 149-150). Já Eugênio Coseriu havia considerado: "A diacronia pura não tem sentido e deve tornar-se história da língua. Com efeito, a história da língua supõe a antinomia entre sincronia e diacronia por que é a negação da diacronia atomista e, ao mesmo tempo, não se acha em contradição com a sincronia." Em outro passo de sua obra expõe claramente: "a história dos modos lingüísticos que em parte se mantêm e em parte se modificam ou substituem no tempo é, certamente, história de uma tradição, isto é, história da cultura" (SINCRONIA, DIACRONIA E HISTÓRIA — Montevidéu, 1958 — pp. 160 e 156).
- 5) Neste ponto ajustam-se ainda perfeitamente aquelas considerações do lingüista romeno: "Com respeito aos fatos particulares

da história lingüística, a documentação resulta muito mais difícil e incerta que em outros campos, e na grande maioria dos casos não dispomos dela por completo." "Pelo que concerne à origem primeira de cada mudança lingüística e à natureza das inovações iniciais, o mais freqüente é só podermos adiantar hipóteses mais ou menos plausíveis." Ainda, a propósito de tema correlato: "do ponto de vista histórico, o postular ou assinalar a índole das inovações iniciais (alteração, empréstimo, criação sistemática etc.), ainda que resulta importante em certos casos, não constitui por si só a explicação das mudanças. O problema histórico da mudança não é o de estabelecer *como começou* (como pode haver começado) um determinado modo lingüístico, se não o de estabelecer *como se constitui* e *como pôde constituir-se* como tradição, isto é, de que maneira e em que condições culturais e funcionais se inseriu e pôde inserir-se em um sistema de modos já tradicionais." No tocante ao cultural, expressa-se o mesmo autor: "... é sabido que são condições favoráveis à mudança a variedade (regional ou social) do saber lingüístico dentro dos limites da mesma língua histórica, e a debilidade do mesmo saber, em épocas de decadência cultural ou nos grupos sociais de cultura reduzida". (Op. cit. — pp. 84, 86 e 67).

- 6) Fishman, J. A. — Loc. cit. — p. 154.
- 7) A "sincronia dacrônica", a que se refere o lingüista B. E. Vidos, constitui, decerto, uma antecipação da importância atribuída na análise lexical aos fatores considerados extralingüísticos, que historicamente participam da ambiência social e cultural onde se originaram ou se desenvolveram os fatos em apreço. Mostra-nos o aludido estudioso a significação para a pesquisa, no sentido retrospectivo, de se conseguir estabelecer as circunstâncias particulares dos que participaram do ato lingüístico e os meios que o determinaram, tanto quanto o mecanismo e a essência do mesmo". V. *EMPRUNTS ET TERMES TECHNIQUES* — In *Actas* — IX Congresso Internacional de Lingüística Românica — vol. I — Lisboa, 1961, pp 295-300. J. A. Fishman, por sua vez, seguindo embora orientação analítica diferente, dá ênfase à pesquisa do que ele denomina "*situational (contextual) and demographic variation*", ressaltando a necessidade de se conhecer "em que espécies de *networks* a variação contextual foi maior do que a variação demográfica e em que foi terminar o outro sentido". E, a respeito, interroga: "when and among them did which kind of variation develop most fully and most rapidly?" (Art. cit. — pp. 145-155).
- 8) No ensaio de que aqui nos ocupamos, Fishman concentra a atenção em três tópicos, que considera de importância para uma sociologia da linguagem: "a) sensibilidade à dimensão da profundidade (*depth*) histórica; b) sensibilidade à dimensão da largura ou largueza (*breadth*) histórica; c) sensibilidade interdisciplinar à história". São ilustrativas suas cogitações acerca do tema, embora não expressas com aquela "clareza cartesiana", que dele reclamava o lingüista Willy Bal (*BRÈVE INTRODUCTION A LA SOCIOLINGUISTIQUE* — Revista Portuguesa de Filologia — vol. XVII — Tomos I e II — Coimbra 1975 — p. 29).
- 9) Seraine, F. — *PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE NÍVEIS DE NORMA NA FALA ATUAL DE FORTALEZA* — II Seminário

de Estudos sobre o Nordeste (Língua e Cultura Popular) — Salvador (Bahia) — 24 a 27 de novembro de 1975 (mimeografado).

- 10) Beinhauer, W. — **EL ESPAÑOL COLOQUIAL** — 2.<sup>a</sup> ed. *Gredos* — Madrid, 1973 (trad. espanhola) — p. 21 e *passim*.
- 11) Nicolau Maquiavel viveu em pleno Renascimento italiano, de 1469 a 1527. A seu respeito escreve Von Aster: "... é o teórico da idéia do Estado Nacional poderoso. A concepção fundamental do Maquiavelismo é a aguda separação entre política e moral ou, expresso com mais exatidão, a subordinação da moral à política. A finalidade do político, isto é, da conduta do homem de Estado responsável, deve ser unicamente a conservação e o aumento do poderio do Estado: e para que este serve é justo e bom. A moral, a própria religião é um instrumento em mãos do homem de Estado... Maquiavel adota uma atitude de indiferença e frieza diante da religião e da moral cristãs..." ("História de la Filosofía" — *Labor* — Barcelona, 1935 — pp. 195-196 (trad.). Partindo desses princípios o escritor florentino só poderia exaltar e preconizar o uso de atitudes e atos humanos pouco recomendáveis como a astúcia, a perfídia, a traição, a falta de escrúpulo moral, contanto que esses meios, peculiares às condutas anormais, levassem aos fins políticos visados. O que chegou ao conhecimento do homem comum, de instrução pouco desenvolvida, embora capaz de ler jornais e revistas populares, foi esse conglomerado de atributos moralmente negativos, que a aplicação da teoria maquiavélica exige de quem a pretenda executar. Foi o que perdurou em seu espírito associado ao nome do célebre pensador italiano. Só os eruditos poderão conhecer quem realmente ele foi, em suma, o que, acerca do seu padrão intelectual, exarou, por exemplo, um H. Schneider: "grande filósofo da História e da Política, infiltrado de humanismo e inflamado de italianismo, um homem de experiência e às vezes também político prático, inclinado totalmente à observação exata da realidade e à explicação causal da mesma, e um pensador filosófico que busca proposições gerais, leis e suas aplicações". (*Filosofia de la Historia* — Madrid, 1931 — pp. 90 e segs.). Só os estudiosos poderão conhecer o que a respeito da obra de Maquiavel escreveu um K. Vossler, em sua *História da Literatura Italiana* (2.<sup>a</sup> ed. espanhola — *Labor* — pp. 102 e segs.).
- 12) Ulmann, S. — Op. cit. — pp. 121-125 — V. ainda, entre outros *Francke S. A.* — Berna, 1952 — pp. 284-286.
- 13) Marouzeau, J. — **PRÉCIS DE STYLISTIQUE FRANÇAISE** — *Masson* — Paris, 1950 — p. 124.
- 14) Ulmann, S. — Op. cit. — p. 273.
- 15) Polisuk, J. e Godfeld, S. — **DICIONÁRIO DE MEDICINA** — *Editora Científica* — Rio de Janeiro, 1974 — p. 192.
- 16) Machado, J. P. — **INFLUÊNCIA ARÁBICA NO VOCABULÁRIO PORTUGUÊS** — Ed. *Revista de Portugal* — Vol. I — Lisboa — 1958 — p. 233.
- 17) Ulmann, S. — Op. cit. — pp. 121-125 — V. ainda, entre outros autores, Wartburg, W. von — **PROBLEMAS E MÉTODOS DE LA LINGÜÍSTICA** — Madrid. 1951 — pp. 201 e segs. (trad. de D. Alonso e E. Lorenzo).
- 18) Vieira Filho, D. — **A LINGUAGEM POPULAR DO MARANHÃO** — São Luiz, 1958 — p. 51.
- 19) *O Vocabulário Popular Cearense*, de R. Girão (Fortaleza, 1967), à p. 182, traz o seguinte verbete: "*Pantasma* — s.m. **Fantasma**,

assombração. espantalho, alma do outro mundo, avantesma". "Mais aí, Maria, o pantasma/ Veio bater no rumo/ Rindo-se muito e dizendo: Dá-me uma péia de fumo" (*Apud* Rodrigues de Carvalho, *Cancioneiro do Norte*, Fortaleza, 1903, p. 61).

Em nosso *Dicionário de Termos Populares*. cit. à p. 189, registamos a forma *pantasma*: "s. m. — Personagem de aspecto fantasmal que aparece no Bumba-meu-boi. Corrução de fantasma; por influência da antiga grafia *phantasma*".

Ainda surge entre os incultos, especialmente no interior do Estado, no gênero feminino: a *pantasma*, *ua pantasma*. Ureña (Pedro Enriquez) em sua obra "El Español en Santo Domingo" registra o termo *pantasma* nas classes incultas da Rep. Dominicana, bem assim de certas regiões espanholas. considerando-o arcaísmo, observável no uso de autores como Quevedo, Lope e Cristobal de Llerena, em 1588. (Op. cit. — Buenos Aires, 1940 — pp. 52, 53, 87, 244).

A *fantasma* — afirma o nosso Said Ali — usou-se no feminino. Abona-se em citações de Vieira, F. Manuel de Melo e até de Castilho (*Lexeologia de Português Histórico* — Rio, 1921 — p. 48). p. 48).

Em *O Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo, encontra-se o vocábulo *fantasma* no feminino, isto é, antecedido do artigo no feminino: "Ei-la, a *fantasma* arremete!" Antonio Correia de Oliveira, filólogo português, observa a respeito que a *fantasma* era feminino em português antigo; como *planeta*, *mar*, *jim* etc. E acrescenta que "De a *phantasma* fez o povo *avantesma* ou *abantesma*" (Nota 60 ao pé da p. 86 — *O Fidalgo Aprendiz* — Liv. Clas. Edit. Lisboa, 1943).

No *Novo Dic. da L. Port.*, ed. cit., da autoria de C. de Figueiredo, encontra-se, à p. 339, o verbete: "PANTASMA, f. O mesmo que *avantesma*. Cf. Castilho, *Avarento*, 161."

Terá havido, no caso, um cruzamento de *pantasma* e *avantesma*? Além dos sentidos consignados léxicos portugueses adquire às vezes o termo acepções translatas, sendo aplicado ainda, entre os rústicos, à mulher ou pessoa magra, abatida, macilenta, de feições aterradoras ou simplesmente deploráveis Malaret apresenta *fantasma* ao lado de *calor*, *calor*, *mar*, *puente*, *reuma*, e outros nomes "sempre femininos na linguagem ordinária de Porto Rico, como residuo da linguagem de antanho. A. Malaret — *Vocabulário de Puerto Rico* — San Juan, 1937 — p. 55.

Frei Domingos Vieira, em seu *Tezouro*, cit., averba: "*Fantasma* ou *phantasma* — s. m. (Do latim *phantasma*, do grego *phantasma*). Imagem dos mortos que aparecem sobrenaturalmente. Por extensão, o que tem aparência de um fantasma". Acrescenta em seguida no verbete: "— Diz-se poeticamente dos personagens fictícios que povoam a imaginação. — Por extensão, pessoa muito magra. Parece um *fantasma*. Espantalho para assustar a gente medrosa. — Ente inútil, cousa vã, e em geral qualquer objeto destituído de realidade, vã aparência que apresentam as cousas."

Indica o uso antigo do termo no feminino, mediante uma citação do Cavaleiro d'Oliveira: ... "que he verdadeiramente huma *Fantasma*" (Cartas, livro 3, n.º 4).

Na fala rural, inculta, a palavra é às vezes, alterada em *pan-tarma*, segundo regista Leonardo Mota em seu livro *Violeiros do Norte*, Rio. 1955 — p. 288): — "*Pantarma* (fantasma) — Ex.:

*A casa bem que é malassombrada; eu já vi um pantarma, que isso que foi medo miserave...*"

- Também no *Cantadores* (ed. cit. — p. 97), encontra-se a forma corruta, na transcrição que faz o mesmo autor de umas estrofes do cantador Raimundo Nonato. a ele recitadas: "A muíê grande é *pantarma*"...
- 20) Peixoto, A. e Pinto, Pedro A. — DICIONÁRIO DOS LUSÍADAS — *Francisco Alves* — Rio de Janeiro, 1924 — p. 83.
  - 21) Nogueira, P. — VOCABULÁRIO INDÍGENA EM USO NA PROVÍNCIA DO CEARÁ — *Revista Trimensal do Instituto do Ceará* — 4.º trimestre de 1887 — Tomo I — pp. 315-322.
  - 22) Freyre, F. de B. — NOVA LUSITANIA — HISTÓRIA DA GUERRA BRASÍLICA — 2.º ed. facsimilar — *Diretoria da Educação e Cultura* — Recife, 1977 — pp. 13 e 37.
  - 23) TRÊS DOCUMENTOS DO CEARÁ COLONIAL — Depart. Imprensa Oficial — Fortaleza, 1967 — p. 82.
  - 24) Coseriu, E. — Op. cit. — pp. 104, 106 e nota 14 ao pé da última página citada.
  - 25) Beinhauer, W. — Op. cit. — nota 16 ao pé das pp. 31-32 e nota 73 ao pé da p. 72.
  - 26) Há mesmo quem suponha haver Caminha incorrido em descuido ou equívoco, confundindo a jangada com uma *almadia*, cujo significado julga ter sido sempre o de uma canoa. Embora em desacordo com a afirmativa de certos autores, o nosso erudito Câmara Cascudo não hesitou em escrever: "Parece não se ter divulgado em Portugal (o termo *almadia*) nos fins do século XVI." *Dicionário do Folclore Brasileiro* — verbete de *jangada*).
  - 27) Ribeiro, J. — CURIOSIDADES VERBAES — *Cia. Melhoramentos de São Paulo* — S. Paulo, 1927 — pp. 188-189.
  - 28) Bastante significativas nos parecem as asserções de Wunderlich, quando reputa "condição prévia para uma teoria sociolinguística... uma teoria da atuação linguística em que entrarão em correlação categorias linguísticas não só com categorias extralinguísticas, mas também com categorias que pressupõem e modificam um contexto de atuação". Ap. Schlieben-Lange, B. — INICIACIÓN A LA SOCIOLINGÜÍSTICA — Gredos — Madrid, 1977 — p. 169 (trad.).
  - 29) Coseriu, E. — INTERDISCIPLINARITA E LINGUAGGIO — *Tranco Angeli Editora* — Milão, 1980 — p. 64.